

Apresentação Oral

SALA 3 – DIREITO

DIREITO AMBIENTAL, DIREITO AGRÁRIO E DIREITO TRIBUTÁRIO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS DEVE SER ENTREGUE AOS AVALIADORES, NO DIA DA APRESENTAÇÃO DO ARTIGO.

Google meet: <https://meet.google.com/rzn-hbeg-fer>

PROFESSORES AVALIADORES: Elias de Brito e Sara Asseis de Brito

1. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL E ECOLÓGICO

Laura de Freitas Silva; Elias Kleberson de Brito.

RESUMO

A responsabilidade civil por dano ambiental e ecológico refere-se à obrigação legal de reparar os danos causados ao meio ambiente e aos ecossistemas naturais. É um princípio jurídico que visa proteger e preservar a natureza, garantindo que aqueles que causam danos ambientais sejam responsabilizados pelos seus atos. A responsabilidade civil ambiental está fundamentada na ideia de que qualquer pessoa ou entidade que cause danos ao meio ambiente deve arcar com os custos de reparação. Esses danos podem incluir a poluição da água, do ar ou do solo, a destruição de habitats naturais, a extinção de espécies, entre outros. A responsabilidade civil por dano ambiental pode ser atribuída a várias partes, como empresas, indivíduos, governos e organizações não governamentais. Para estabelecer a responsabilidade, é necessário provar que houve uma conduta negligente, imprudente ou intencional que resultou nos danos ambientais. A responsabilidade civil por dano ecológico está relacionada à proteção dos ecossistemas e das espécies naturais. Isso inclui a proibição de atividades que causem a destruição de habitats naturais, bem como ações para restaurar áreas degradadas. No contexto legal, existem normas específicas que regulam a responsabilidade civil por dano ambiental e ecológico em cada país. Essas normas podem estabelecer limites de indenização, prazos para ação legal e penalidades para os infratores. Em resumo, a responsabilidade civil por dano ambiental e ecológico é uma forma de responsabilizar aqueles que causam danos ao meio ambiente, buscando a reparação dos prejuízos causados e a proteção dos ecossistemas naturais para as gerações futuras.

PALAVRAS-CHAVE: dano; estado; meio ambiente; responsabilidade.

2. O USO DOS ANIMAIS EM EXPERIMENTOS DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS

Gabriella Pinheiro Teno; Elias Kleberson de Brito.

RESUMO

Experimentação animal designa aqueles estudos em animais para testar medicamentos, produtos de limpeza, cosméticos, procedimentos cirúrgicos, dentre outros. Os benefícios que todos esses estudos aparentemente trazem para a humanidade, parecem ofuscar o fato da dor e do sofrimento que é causado aos animais. O trabalho possui como objetivo o estudo de animais em experimentos de medicamentos e cosméticos. Foi analisado e discutido os meios pelos quais a crueldade com os animais, prevalece em experimentos de medicamentos e cosméticos, e a interferência dos Estados e da Lei, sobre o tema, alvitando em consonância com os preceitos constitucionais e ambientais, uma mudança de cenário, ligando-se o direito a dignidade e a vida animal, os quais devem ser respeitados e protegidos. De modo a cumprir o objetivo proposto este trabalho apresenta uma pesquisa de caráter

exploratório, com abordagem qualitativa, por meio da pesquisa em livros, artigos, doutrinas e jurisprudências. Conclui-se que uma das principais indagações, é a respeito do fato de o animal utilizado para benefício do homem, esteja sofrendo uma exploração em prol da humanidade. Todavia, é primordial garantir que cada dia, um menor número de animais seja utilizado e que aqueles que são envolvidos em testes tenham seu bem-estar garantido durante todo o experimento.

PALAVRAS-CHAVE: cobaia; experimentação animal; cosmético; medicamentos.

3. A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AO MEIO AMBIENTE E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM SUA DEFESA

Paolla Sthefany Pires Izidoro Pedrosa; Elias Kleberson de Brito.

RESUMO

O presente artigo busca apontar como a atuação do Ministério Público brasileiro tem sido crucial na proteção ao meio ambiente, um direito difuso de status constitucional, valendo-se de suas atribuições previstas na Constituição Federal de 1988 na busca de reparação e/ou compensação dos danos ambientais. No artigo, buscou-se apresentar os instrumentos legais utilizados pelo representante do Ministério Público, que buscam, através dos quais, reparar dos danos decorrentes das atuações humana que causam danos ao meio ambiente. Como instrumentos, é possível citar o termo de ajustamento de conduta, que busca, por meio de cláusulas impor ao agente causador do danos ambientais práticas em condutas reparatórias dos danos sem que para isso, seja necessário o ingresso de uma ação judicial, a qual se obriga, em restaurar os prejuízos ambientais decorrente de sua conduta, seja recompondo os danos, seja, indenizando. Há também, a possibilidade de ingresso de uma ação civil pública, a qual é demandada em face de causadores dos danos, nos caso em que não é aceito a assinatura do termo de ajuste de conduta, bem como, da sua impossibilidade de ser entabulado. Para a confecção do artigo, buscou-se as pesquisas bibliográficas de legislações, doutrinas e jurisprudências afetos ao tema ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente; Ministério Público; Direitos Difusos e Coletivos.

4. O MERCADO DE CARBONO COMO FORMA DE INVESTIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Kesia Ferreira de Santana; Elias Kleberson de Brito.

RESUMO

O presente artigo, direciona-se a questões ambientais e seus respectivos impactos diretos e indiretos na sociedade, apontando pormenorizadamente, fatores nos quais influenciam nas mudanças do ecossistema, trazendo temas como marcos históricos importantes e a inserção de métodos eficazes impostos à coletividade para linimentar a degradação e poluição ambiental, visando a prevenção e proteção, através de meios sustentáveis, códigos vigentes no Brasil e incentivos de órgãos competentes. Objetivando a reparação dos danos causados ao meio ambiente e todos seus recursos naturais, posto que, são eles, essenciais para a sobrevivência da humanidade. Atualmente, muito se tem discutido sobre o tema em comento, através deste artigo, será feita uma análise minuciosa a fim de compreender a influência do meio ambiente em nosso cotidiano, retratando tópicos repletos de informações que ratificam o assunto supramencionado. Discorreremos também, sobre um dos mais atuais temas de destaque ambiental, os chamados "créditos de carbono", enunciando sobre seu conceito, aplicação, forma de negociação e aquisição, bolsa de valores e muito mais. Este artigo objetiva a conscientização, proteção e prevenção da natureza em todas as suas esferas e do uso correto dos recursos naturais que o bioma nos disponibiliza. Diante disso, foram utilizados estudos bibliográficos, fundamentações e princípios voltados ao tema tratado.

PALAVRAS-CHAVE: meio ambiente; princípios ambientais; protetor-recebedor; sustentabilidade; créditos de carbono.

5. O DIREITO AMBIENTAL E A PROTEÇÃO DA FAUNA MARINHA

Ana Karolyne do Carmo Correa; Elias Kleberson de Brito.

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo a Fauna Marinha e perante o Direito Ambiental, principalmente ao que concerne o tráfico de animais marinhos e sua proteção legislativa prática, uma vez que a ocorrência do crime não se faz amenizar, a crueldade sofrida por esses animais, assim como sua mortalidade e o perigo dessas espécies marítimas à extinção só faz aumentar. Convém mencionar as legislações existentes de proteção à fauna marinha, suas penalidades e a aplicabilidade normativa na prática jurídica. De forma a questionar se os princípios norteadores do direito ambiental e a Carta Magna de 1988 estão realmente sendo respeitados e se existe punibilidade para essa prática ilegal tão cruel? A pesquisa para o presente artigo tomou por base a pesquisa bibliográfica de legislações sobre o tema, doutrinas e artigos, bem como a jurisprudência dos tribunais que tenham referência ao tema em comento.

PALAVRAS-CHAVES: fauna marinha; tráfico de animais marinhos; ineficácia legislativa; extinção das espécies marinhas

6. A CLASSIFICAÇÃO PENTAPARTIDA DOS TRIBUTOS BRASILEIROS

Miréli Silva Ribeiro; Elias Kleberson de Brito.

RESUMO

A arrecadação dos tributos, ocorre desde o início da colonização do Brasil, tendo inicialmente uma maneira mais antiga de aplica-lo. Com o passar do tempo e acontecimentos, o método de arrecadação foi sendo aprimorado, criando órgãos responsáveis para sua aplicação. Com o surgimento e aprimoramento dos tributos, foi necessário estabelecer a administração tributária, responsável por fiscalizar e aplicar esses impostos. Os tributos, servem para possibilitar os governantes de oferecer bem-estar aos cidadãos, como saúde e educação, que é o mínimo para que a sociedade viva com dignidade. Também é de grande importância para a economia brasileira, fazendo com que haja uma rotação em nosso dinheiro. A Constituição federal de 1988 estabelece como que os tributos devam ser aplicados, tanto por ela própria ou por norma infraconstitucional. Há vários princípios interligados aos tributos, como o princípio da legalidade, anterioridade e não – confisco. Além de várias Teorias, qual o STF entende ser a pentapartite a mais utilizada no Brasil. Já tratando-se de espécies de tributos, temos os impostos, taxas, contribuições de melhorias e outras que veremos no decorrer do artigo.

PALAVRAS-CHAVE: tributos; princípios; impostos; serviços; públicos.

7. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA EMPRESAS OPTANTES DO REGIME SIMPLES NACIONAL

Alice Vilalva Duarte; Edgard Silva Wegner

RESUMO

O objetivo deste trabalho é destacar a importância do planejamento tributário para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional, pois representam uma significativa fonte de renda e emprego para a economia do país. Embora muitos acreditem que a maior dificuldade para quem possui um negócio de ME ou EPP seja a alta carga tributária atual, a falta de planejamento tributário antes do primeiro ano de funcionamento pode levar à morte do negócio. O principal objetivo do desenvolvimento deste estudo é proporcionar conhecimento à sociedade e ao meio acadêmico

sobre a importância do planejamento tributário, visto que sua principal função é reduzir a carga tributária no âmbito da legalidade, ou seja, da elisão fiscal. Isso possibilita o desenvolvimento e a estabilidade das empresas em um mercado cada vez mais competitivo. Para este estudo, realizou-se uma pesquisa exploratória com base em revisão bibliográfica, visando aprofundar o tema em questão e formar um referencial teórico coerente. O mundo globalizado, o mercado competitivo e a alta carga tributária exigem práticas de gestão eficazes em todos os momentos para garantir a perenidade da empresa. Para maximizar os lucros, é imperativo buscar formas legítimas de reduzir o pagamento de impostos, estando atento às mudanças na lei. O tratamento diferenciado do MPE (Simples Nacional) na União, Estado, Município e Distrito Federal inclui IRPJ, CSL, PIS/PASEP, COFINS, IPI, ICMS, ISS e CPP em uma única forma: DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional). Isso facilita a arrecadação, o controle e a arrecadação de impostos. O planejamento tributário é uma ferramenta importante para a sobrevivência das empresas no mundo dos negócios.

PALAVRAS-CHAVES: planejamento tributário; empresas; simples nacional.

8. EXPLORAÇÃO DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM ÁGUA OCEÂNICAS: Licença Ambiental

Daniel Jefferson Ribeiro; Elias Kleberson de Brito.

RESUMO

O presente artigo científico tem por finalidade difundir o conhecimento sobre a exploração de petróleo em águas marinhas brasileiras e a licença ambiental para empresas fazerem a exploração. Petróleo é um recurso natural não renovável muito utilizado como fonte principal de energia e matéria-prima em grandes indústrias químicas e petroquímicas. Sua extração e comercialização possui grande importância geopolítica em todo mundo. É inegável que a exploração de petróleo é uma atividade muito complexa e invasiva, e que se ocorrer de forma incorreta, pode causar desastres ambientais incalculáveis ao meio ambiente, sobretudo, para nos oceanos, onde as correntes marítimas, podem levar o petróleo a quilômetros de distância do desastre e causa sérios danos aos seres aquáticos, como já foram vistos diversas vezes. Para a elaboração do presente artigo, utilizou-se de revisão bibliográfica de assuntos relacionados às questões petrolíferas, assim como de legislação afetos ao tema, bem como a pesquisa de doutrinas especializadas e jurisprudência sobre o assunto.

PALAVRAS-CHAVE: meio ambiente; proteção ambiental; exploração; petróleo; recurso natural.